



EDUCAÇÃO JÁ
MUNICÍPIOS

Recomendações para o plano de reabertura
das escolas nas novas gestões municipais



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

Dezembro de 2020

APRESENTAÇÃO

SOBRE ESTE DOCUMENTO

Este documento tem como objetivo principal subsidiar os(as) novos(as) Prefeitos(as) e Secretários(as) de Educação com recomendações para a construção de um plano de reabertura das escolas municipais.

SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado. A Educação só será melhor com boas políticas educacionais: estruturantes, bem formuladas e continuamente aprimoradas. E atuamos para que isso seja realizado em todo o Brasil - reunindo e estruturando o melhor do conhecimento e das evidências disponíveis, qualificando o debate e articulando com o poder público.

Saiba mais em www.todospelaeducacao.org.br.



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL:

Priscila Cruz
Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho
Diretor-Executivo

Gabriel Barreto Corrêa
Líder de Políticas Educacionais

REDAÇÃO:

Gabriel Barreto Corrêa
Líder de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo
Coordenador de Políticas Educacionais

Maria Cecília Gomes Pereira
Coordenadora de Políticas Educacionais

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Priscilla Cabral
Líder de Comunicação e Mobilização

Bárbara Benatti
Gerente de Comunicação

APOIO:

Isabela Berger (Naru Design)
Designer

Luciana Sugino (Naru Design)
Designer

Paula Bosi
Jornalista e revisora

ÍNDICE

SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO

4

SEÇÃO 2

OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

6

SEÇÃO 3

PREMISSAS PARA UM PLANO DE RETOMADA
DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

8

SEÇÃO 4

25 MEDIDAS PARA UM RETORNO ADEQUADO
ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

10

Eixo 1 Retorno seguro às atividades presenciais

12

Eixo 2 Atendimento a todos, com suporte e acolhimento necessários

17

Eixo 3 Organização pedagógica em prol da aprendizagem

20

SEÇÃO 5

CONCLUSÃO

26

ANEXO

REFERÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS
PLANOS DE RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

27

01

INTRODUÇÃO

As escolas do País passaram, praticamente, todo o ano de 2020 com as atividades presenciais suspensas. Ainda que essa ação tenha sido importante e necessária por conta das questões epidemiológicas, o fechamento das escolas aprofundou problemas já conhecidos e trouxe desafios inéditos para o setor.

Muitas das evidências que informaram esta produção estão sistematizadas na nota técnica [“O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia do Covid-19”](#), publicada, em maio de 2020, pelo Todos Pela Educação.

Os Prefeitos e as Prefeitas eleitos terão pela frente o imenso desafio de liderar, em seus Municípios, o enfrentamento das diversas crises geradas ou ampliadas pela pandemia de Covid-19. Esse processo será desafiador e complexo em todas as áreas da administração pública. Na Educação Básica, não será diferente.

As escolas do País passaram, praticamente, todo o ano de 2020 com as atividades presenciais suspensas. Ainda que essa ação tenha sido importante e necessária em função das questões epidemiológicas, o fechamento das escolas aprofundou problemas já conhecidos e trouxe desafios inéditos para o setor.

A tarefa não será fácil. O cenário segue sendo de alto grau de incerteza e de fortes restrições fiscais¹. O período de transição entre as gestões será curtíssimo e, já nos primeiros meses de mandato (que, normalmente, são marcados pela adaptação à rotina, diagnóstico do cenário e planejamento das ações), os gestores terão que liderar uma série de definições e ações para a Educação municipal, incluindo o planejamento e a execução de um complexo processo de reabertura das escolas e de mitigação dos impactos muitos negativos da pandemia na comunidade escolar.

Tendo em vista todos esses desafios de curto e longo prazos, o Todos Pela Educação lançou, em setembro de 2020, o documento técnico *“Educação Já Municípios - Contribuições para o debate sobre políticas educacionais no contexto das eleições de 2020”*². Ele traz recomendações que visam apoiar a formação dos planos educacionais das gestões municipais no período 2021-2024.

Como continuação desse trabalho, o Todos Pela Educação elaborou este material, cujo principal objetivo é subsidiar os(as) novos(as) Prefeitos(as) e Secretários(as) de Educação com orientações para a construção de um plano de reabertura das escolas. **O material está informado pelas principais evidências disponíveis e orientações de órgãos nacionais e internacionais**³.

1 Para saber mais sobre o impacto fiscal da Covid-19 na Educação Básica, leia a nota técnica: [“Covid-19 - Impacto fiscal na Educação Básica”](#), produzida pelo Todos Pela Educação e pelo Instituto Unibanco, 2020.

2 Disponível em: [“Eleições 2020: Conheça o documento Educação Já Municípios”](#).

3 No anexo deste documento, são apresentados materiais que também podem servir como referência para a construção dos planos de retorno das aulas e atividades presenciais nas escolas.

Cabe ressaltar que este documento não almeja ser prescritivo e que suas orientações e recomendações devem ser contextualizadas a partir da situação de cada localidade, dada a grande diversidade de realidades existentes no País.

O documento está organizado em mais quatro seções, além desta introdução. A **seção 2** traz os principais impactos da pandemia na Educação Básica, reforçando a necessidade de considerá-los na tomada de decisão acerca da reabertura das escolas; a **seção 3** trata das premissas que devem ser levadas em conta em um plano de retomada das atividades presenciais nas escolas; já a **seção 4**, a principal do documento, apresenta 25 medidas essenciais para que este plano consiga dar conta dos desafios que se impõem; por fim, a **seção 5** sintetiza as principais mensagens deste material.

02

OS PRINCIPAIS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Alguns exemplos das estratégias mais comuns de ensino remoto utilizadas no País são: impressão e distribuição de material impresso, aulas por televisão e rádio, plataformas de ensino, aulas *online*, orientações aos pais ou responsáveis dos alunos da Educação Infantil, entre outros.

No caso dos Municípios, cabe enfatizar os impactos na Educação Infantil, que teve as atividades remotas praticamente inviabilizadas por conta da natureza da etapa, e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no qual muitas crianças tiveram seu processo de alfabetização interrompido pelo fechamento das escolas.

A partir do fechamento das escolas, em março de 2020, a resposta emergencial de grande parte das redes de ensino municipais tem sido, prioritariamente, a migração das atividades presenciais para o **modelo de ensino remoto**⁴.

Mesmo com este esforço importante para mitigar os efeitos do fechamento das escolas, seu resultado é limitado por três razões principais⁵: i) o ensino remoto tem capacidade menor de promover a aprendizagem dos estudantes na Educação Básica, em especial para aqueles que já tinham baixo desempenho acadêmico e para as crianças mais novas, que possuem menos autonomia para acompanhar e realizar as atividades remotas; ii) a fragilidade das estratégias e instrumentos adotados pelas redes de ensino, que não estavam preparadas para esse momento inesperado; e iii) a dificuldade de muitos estudantes, em especial os de maior vulnerabilidade social, em acessarem as atividades, por não terem acesso à internet, a equipamentos tecnológicos ou a ambientes domésticos propícios às atividades educacionais.

Em paralelo, a pandemia trouxe diversos problemas econômicos, sociais e emocionais que, evidentemente, afetam os alunos e os profissionais da Educação. Por exemplo, o fato de as crianças e os jovens não estarem frequentando a escola de forma presencial aumenta a exposição a fatores de risco como violência doméstica, exploração sexual, gravidez na adolescência, trabalho infantil, insegurança alimentar, entre outros.

Diante desse cenário, é inevitável que os impactos negativos dessas múltiplas crises sejam sentidos pela comunidade escolar ao longo dos próximos anos. Os impactos educacionais mais significativos deverão ser:

GRAVES LACUNAS DE APRENDIZAGEM, com impactos no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais dos alunos. Pré-pandemia, a defasagem na aprendizagem já se constituía como o maior desafio da Educação brasileira, sendo bastante acentuada com a pandemia;

4 A velocidade do estabelecimento de estratégias de ensino remoto variou muito entre as etapas e as redes de ensino, sendo que, em muitos Municípios, permaneceu a paralisia e as atividades começaram apenas no segundo semestre. Enquanto uma pesquisa da Undime, divulgada em junho, apontava que 60% das redes municipais pesquisadas lançaram iniciativas de ensino remoto, uma pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em outubro, sinalizava que esse número era de 97,5%.

5 Para saber mais sobre as principais características do ensino remoto, acesse: “Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19”, Todos Pela Educação, 2020.

Ainda que esses impactos possam variar em intensidade em cada contexto, faz-se necessário que a formulação e a implementação do plano de reabertura das escolas tenham como foco central atenuar seus efeitos no sistema escolar.

AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS, na medida em que os alunos mais vulneráveis foram mais afetados pela pandemia em todas as suas dimensões e tiveram maior dificuldade de acesso às atividades remotas;

AUMENTO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR, em função da fragilização do vínculo com a escola e do aumento da vulnerabilidade social e econômica;

IMPACTOS NA SAÚDE EMOCIONAL DE ALUNOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO⁶, gerando, por exemplo, quadros de maior ansiedade, angústia, dificuldade de concentração e, em casos mais graves, depressão e transtorno do estresse pós-traumático.

Ainda que esses impactos possam variar em intensidade em cada contexto, faz-se necessário que a formulação e a implementação do plano de reabertura das escolas tenham como foco central atenuar seus efeitos no sistema escolar. Esse processo não será concluído em alguns meses, devendo perdurar ao longo do mandato - fato que exige ainda mais responsabilidade e comprometimento dos gestores educacionais.



QUADRO 1

Quando promover a reabertura das escolas?

Por mais que o escopo deste documento não seja o de fazer recomendações sobre quando reabrir escolas, é preciso destacar que essa definição é complexa, devendo partir de uma análise multifatorial que considere os diversos riscos envolvidos. Além dos riscos epidemiológicos, que são extremamente relevantes no contexto atual e precisam estar minimizados para a promoção do retorno, também precisam ser levados em conta os riscos de proteção social e segurança das crianças e dos adolescentes, além dos impactos educacionais listados acima. Ou seja, os profundos e severos impactos de diferentes naturezas decorrentes do fechamento prolongado das unidades escolares nas crianças e nos adolescentes não podem ser menosprezados. A Educação precisa receber prioridade em qualquer discussão sobre a reabertura de setores da sociedade⁷.

Vale ressaltar que a decisão de reabrir escolas deve ser tomada a partir da autorização das autoridades de saúde locais e embasada na ciência. Além disso, é de se esperar que ela seja feita em momentos e de formas diferentes pelo território nacional, a depender da situação da pandemia em cada localidade.

6 Para 77% dos pais ou responsáveis, os estudantes estão tristes, ansiosos, irritados ou sobrecarregados na pandemia (Pesquisa Datafolha, julho de 2020). Muitos professores relatam que estão se sentindo ansiosos (64%) e sobrecarregados (53%) na maior parte do tempo (Pesquisa "Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil" - Instituto Península, agosto, 2020).

7 Vale destacar que muitos países que estão decidindo por novos fechamentos de setores econômicos devido a uma segunda onda da Covid-19 têm mantido suas escolas abertas, considerando a Educação como serviço essencial.

PREMISSAS PARA UM PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Antes de apresentar as recomendações para o plano de retomada das atividades presenciais, são destacadas quatro premissas que os gestores municipais devem levar em conta neste processo:

PRESERVAÇÃO DA VIDA

O cuidado com a saúde e a preservação da vida são os elementos mais importantes para um plano de reabertura das escolas. Por essa razão, o plano deve ser gradual e cauteloso, de forma a reduzir ao máximo os riscos para a comunidade escolar e garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno das crianças e dos adolescentes.

NENHUM ALUNO PARA TRÁS

Como já abordado, o fechamento das escolas aprofundou um dos maiores desafios da Educação brasileira: a diferença de oportunidades existentes para os alunos de maior e menor nível socioeconômico. As crianças e os adolescentes de maior vulnerabilidade social e econômica foram os mais afetados pela pandemia em diversas dimensões. Portanto, as Secretarias de Educação e as escolas devem estruturar todas as suas ações com uma visão de redução de desigualdades, dando atenção especial a esses alunos no plano de retomada.

COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Por mais que o processo de reabertura seja complexo, os gestores da Educação municipal devem ter em mente que não precisam fazer “tudo do zero” e sozinhos. Em primeiro lugar, no caso de não-reeleição, a busca pelo diálogo com a gestão anterior é fundamental, desde o momento de transição, para se verificar a continuidade de decisões e processos já iniciados⁸. Também já existe uma série de materiais e documentos que podem servir de insumo para esse processo⁹. Além disso, os gestores podem buscar ativamente formas de colaboração com outros Municípios e com os governos estadual e federal.

⁸ Uma ferramenta importante para auxiliar o processo de transição entre as gestões é o Memorial de Gestão da Plataforma Conviva Educação. Para saber mais, acesse: <https://convivaeducacao.org.br/>

⁹ Como este documento e outros materiais apresentados no anexo.

A Secretaria de Educação também deve ser capaz de estabelecer interlocução frequente com outras Secretarias e outros órgãos da administração pública, como o Conselho de Educação (seja Municipal ou Estadual). Por fim, parcerias com a sociedade civil local também podem ajudar a assegurar uma retomada das atividades presenciais segura e mais efetiva.

COMUNICAÇÃO E DIÁLOGO

Dado o cenário de incerteza que a pandemia traz, é compreensível que os pais e responsáveis, os estudantes e os profissionais da Educação sintam algum grau de insegurança em retornar às aulas presenciais. Além disso, é normal que haja muitas dúvidas sobre como se dará o retorno e a organização do ano de 2021. Portanto, cabe à Secretaria de Educação promover um amplo processo de comunicação e diálogo com a comunidade escolar e todos os atores envolvidos na Educação municipal. Uma comunicação efetiva é essencial para o sucesso da implementação do plano. Isso será fundamental para garantir o alinhamento entre as diretrizes da Secretaria e o que ocorre nas escolas, além de promover um engajamento maior dos profissionais que efetivamente atenderão os estudantes. O fortalecimento da parceria entre a Secretaria e as escolas da rede de ensino é condição central para o êxito da retomada, assim como o diálogo com as famílias e a comunidade escolar.



25 MEDIDAS PARA UM RETORNO ADEQUADO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

A construção do plano de retorno das atividades presenciais nas escolas municipais é um processo complexo, que envolve múltiplas dimensões que precisam ser pensadas em conjunto e articuladas entre si. Nesta seção, serão apresentadas 25 medidas essenciais a serem consideradas pelas redes de ensino, divididas em três grandes eixos:

EIXO 1

RETORNO SEGURO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

Apresenta medidas necessárias para que a reabertura das escolas seja segura do ponto de vista da saúde pública, construídas com base em recomendações de organizações especializadas na área.

EIXO 2

ATENDIMENTO A TODOS, COM SUPORTE E ACOLHIMENTO NECESSÁRIOS

Trata de ações para que todas as crianças e os jovens estejam no sistema educacional, recebendo o suporte social e emocional adequado.

EIXO 3

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA EM PROL DA APRENDIZAGEM

Aborda questões relacionadas aos elementos pedagógicos que terão que ser desenhados ou redesenhados para garantir que todos os alunos tenham acesso aos seus direitos de aprendizagem.

EIXO 1 · RETORNO SEGURO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

- 01 Elaborar um planejamento de retorno gradual das aulas e atividades presenciais em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde
- 02 Criar protocolo sanitário de retorno às aulas e atividades presenciais em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde
- 03 Promover formações sobre o protocolo sanitário estabelecido
- 04 Realizar um diagnóstico da infraestrutura física das escolas
- 05 Transferir recursos financeiros adicionais para as escolas
- 06 Verificar se os insumos necessários para a reabertura foram adquiridos pela gestão anterior e, se necessário, adquiri-los
- 07 Ajustar os serviços de limpeza, alimentação e transporte escolar
- 08 Adequar a gestão de pessoas ao contexto da pandemia
- 09 Instituir Comissões de Acompanhamento do Plano de Retorno
- 10 Comunicar com clareza para a comunidade escolar sobre como será o retorno

EIXO 2 · ATENDIMENTO DE TODOS, COM SUPORTE E ACOLHIMENTO NECESSÁRIOS

- 11 Identificar os alunos que não voltaram para as escolas
- 12 Estabelecer estratégias de busca ativa em parceria com outros órgãos
- 13 Estimar o potencial crescimento da demanda por vagas e planejar a oferta
- 14 Realizar o acolhimento socioemocional dos estudantes e dos profissionais da Educação
- 15 Assegurar a distribuição da merenda para os alunos mais vulneráveis e apoiar as ações intersetoriais da Prefeitura

EIXO 3 · ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA EM PROL DA APRENDIZAGEM

- 16 Verificar os objetivos de aprendizagem trabalhados e a carga horária cumprida do ano letivo 2020
- 17 Definir os objetivos de aprendizagem e habilidades essenciais do currículo a serem priorizados
- 18 Realizar um planejamento/reordenamento curricular que envolva o ano letivo de 2020 e 2021
- 19 Definir como o planejamento curricular será executado no contexto de ensino remoto combinado com presencial
- 20 Organizar o calendário escolar de 2021
- 21 Realizar avaliações diagnósticas e formativas para nortear o processo de aprendizagem e recuperação
- 22 Estruturar programas de recuperação da aprendizagem
- 23 Assegurar o acesso adequado dos alunos ao ensino remoto
- 24 Aprimorar a conectividade nas escolas
- 25 Formar e apoiar os professores

01**PLANO DE RETORNO GRADUAL****ELABORAR UM PLANEJAMENTO DE RETORNO GRADUAL DAS AULAS E ATIVIDADES PRESENCIAIS EM CONJUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Uma das primeiras medidas das novas gestões eleitas deve ser verificar se a gestão anterior elaborou um planejamento adequado para a reabertura das escolas e reavaliá-lo a partir do novo contexto. Este documento enumera as principais medidas que devem ser feitas pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com as escolas, antes e durante a retomada das aulas e atividades presenciais, buscando a segurança de todos. É crucial que seja construído em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e que preveja as condições para uma reabertura gradual, a partir dos indicadores epidemiológicos locais. O plano deve sinalizar o percentual de alunos que as escolas receberão presencialmente em cada fase da reabertura e como esse número pode ir aumentando ao longo do tempo, conforme o contexto da pandemia. Ele também deve prever se os estudantes de todas as etapas voltarão simultaneamente, em sistema de rodízio, ou se haverá um escalonamento, isto é, se alguns anos/etapas voltam primeiro. É importante, ainda, priorizar os alunos em situação de vulnerabilidade, por serem os mais impactados pelo fechamento das unidades.

PROTOCOLO SANITÁRIO**02****CRIAR PROTOCOLO SANITÁRIO DE RETORNO ÀS AULAS E ATIVIDADES PRESENCIAIS EM CONJUNTO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

A construção do protocolo sanitário é um elemento fundamental que deve estar contido no plano de retorno. A nova gestão deve verificar se o documento foi produzido pela Secretaria de Educação no ano anterior e se está adequado. Caso seja necessária a construção em 2021, é importante que esse processo seja feito em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e leve em consideração outros materiais já construídos, em especial, o protocolo da rede de ensino estadual da Unidade Federativa da qual o Município faz parte. Os principais elementos que devem constar em um protocolo adequado são listados no quadro a seguir, construído a partir de orientações de organizações especializadas em Saúde Pública.



QUADRO 2

Principais diretrizes do protocolo sanitário recomendadas por organizações especializadas¹⁰

DISTANCIAMENTO SOCIAL

- Cumprir o distanciamento de 1,5 metro em todos os ambientes da escola, sobretudo na sala de aula;
- Reorganizar os horários de entrada, saída e recreio dos alunos e utilizar múltiplas entradas da escola;
- Reduzir o número de alunos no transporte escolar para evitar aglomerações;
- Proibir a realização de eventos como campeonatos esportivos, feiras e seminários;
- Sinalizar as rotas dentro da escola para a manutenção do distanciamento;
- Realizar atividades ao ar livre e em espaços maiores como ginásios e quadras;
- Efetuar a marcação de lugares no refeitório ou servir a merenda em sala de aula.

CUIDADOS PESSOAIS

- Higienizar frequentemente as mãos com álcool em gel 70% ou água e sabão;
- Obrigar o uso de máscara na escola, no transporte escolar e no trajeto de casa até a escola. O uso de máscara deve ser somente para crianças com idade superior a 2 anos;
- Fornecer água potável de modo individualizado. Caso a água seja fornecida em galões, purificadores, bebedouros ou filtros de água, cada um deve ter seu próprio copo ou garrafa;
- Orientar os estudantes para que não coloquem a boca na torneira ou no bebedouro.

SANITIZAÇÃO DOS AMBIENTES

- Limpar todos os ambientes da escola com frequência, em especial as superfícies que são tocadas por muitas pessoas;
- Manter portas e janelas abertas para a ventilação dos ambientes;
- Retirar e descartar o lixo frequentemente;
- Higienizar os veículos do transporte escolar com maior frequência.

MONITORAMENTO E GESTÃO DE RISCOS

- Orientar os pais ou responsáveis pelas crianças e os profissionais da Educação a aferir a temperatura corporal antes da ida para a escola. Caso a temperatura esteja acima de 37,5°C ou apresentem sintomas¹¹ de Covid-19, a recomendação é ficar em casa e, se necessário, procurar os serviços de saúde;
- Aferir a temperatura de todos que entram na escola;
- Separar uma sala ou uma área para isolar pessoas que apresentem sintomas até que possam voltar para casa;
- Não permitir a permanência de pessoas sintomáticas de Covid-19 na escola. No caso de menores de idade, os pais ou responsáveis devem ser comunicados para buscar a criança que deve aguardar em sala isolada e segura. Orientar as famílias a procurar o serviço de saúde;
- Manter em atividades remotas os estudantes e os profissionais da Educação que fazem parte do grupo de risco;
- Definir diretrizes de monitoramento de sintomas, isolamento e rastreamento de contatos em conjunto com a Vigilância Sanitária do Município, conforme os protocolos do Sistema Único de Saúde.

03

PROMOVER FORMAÇÕES SOBRE O PROTOCOLO SANITÁRIO ESTABELECIDO

Mesmo que o protocolo tenha sido muito bem construído, o mais importante é que ele seja implementado nas escolas. Para isso, os profissionais da Educação (funcionários, professores e a equipe gestora) precisam conhecer quais são as diretrizes, como executá-las e como orientar os estudantes no retorno. As formações sobre o tema podem ser iniciadas no modelo remoto ou presencialmente, desde que sejam feitas antes de as escolas reabrirem, para que todos estejam preparados para esse momento. Também cabe destacar que a participação de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde nesses momentos formativos é essencial para que os participantes possam tirar suas principais dúvidas.

INFRAESTRUTURA E INSUMOS

04

REALIZAR UM DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS

O espaço físico de algumas escolas precisará ser adaptado para o cumprimento do protocolo sanitário. Para construir esse plano de adaptações, será necessário ter um diagnóstico preciso da situação de cada unidade escolar, que deve levar em conta elementos como: a quantidade e o tamanho das salas, disponibilidade de lavatórios/pias para a higienização das mãos, ventilação dos espaços fechados, conectividade, existência de sala de informática e número de computadores, entre outros. Caso esse diagnóstico ainda não tenha sido feito, sugere-se, já nos primeiros dias de gestão, o envio de um formulário aos diretores(as) de cada escola da rede com essas e outras questões pertinentes referentes à infraestrutura, para que possa nortear o plano de adaptações.

05

TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS ADICIONAIS PARA AS ESCOLAS

Por conta da necessidade de adaptações para a reabertura, as escolas terão gastos maiores, de modo que descentralizar recursos financeiros é uma medida que permite maior autonomia do gestor e maior velocidade nos processos. Esse recurso pode ser complementar ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)¹² e usado para despesas como pequenas reformas de adaptação do espaço físico, melhoria da conectividade, compras de insumos para o cumprimento do protocolo ou aquisição de materiais adicionais necessários, caso não seja feita compra centralizada pela Secretaria. É importante que a fórmula de distribuição dos

¹² O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é uma iniciativa do Governo Federal que transfere recursos diretamente para as escolas. Em 2020, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou recursos extras ("PDDE emergencial") para a adequação das estruturas e a aquisição de materiais necessários para a reabertura das escolas.

recursos entre as escolas priorize aquelas que atendem alunos em situação de vulnerabilidade e têm piores condições de infraestrutura.

06

VERIFICAR SE OS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A REABERTURA FORAM ADQUIRIDOS PELA GESTÃO ANTERIOR E, SE NECESSÁRIO, ADQUIRI-LOS

Para o cumprimento das diretrizes estabelecidas no protocolo sanitário construído, será necessária a aquisição de uma série de produtos que garantam a segurança dos que estão frequentando o espaço escolar. Uma das primeiras medidas das novas gestões deve ser verificar se esses insumos já foram adquiridos em quantidade suficiente no ano anterior. Caso isso ainda não tenha ocorrido, é necessário realizar uma licitação em tempo hábil ou repassar recursos de forma descentralizada para as escolas comprarem os materiais¹³. Caso o gestor municipal opte pelas compras centralizadas, vale verificar se a Secretaria da Educação do Estado realizou atas de registros de preços, às quais o Município possa fazer adesão para, assim, agilizar os processos de compras públicas.



QUADRO 3

Principais insumos necessários para a reabertura das escolas, segundo organizações especializadas

- Máscaras de tecido¹⁴;
- Óculos de proteção/*face shield* (opcional);
- Termômetros, preferencialmente digital infravermelho;
- Produtos para a limpeza dos ambientes, conforme recomendações da Anvisa¹⁵;
- Álcool em gel 70% para limpeza das mãos;
- Sabonete líquido;
- Papel higiênico;
- Toalhas de papel.

13 Qualquer que seja a opção adotada, é essencial que seja feita uma análise da disponibilidade de recursos e sua reserva orçamentária, assim como seja verificado se o Município recebeu recursos do Ministério da Saúde, por meio do Programa Saúde na Escola, e se as escolas receberam os recursos do PDDE Emergencial. Ademais, o Município pode mobilizar parcerias com o setor privado e solicitar apoio, por meio de editais de chamamento público para doações de bens e serviços.

14 Para saber mais sobre as especificações necessárias das máscaras, acesse: “Orientação sobre o uso de máscaras no contexto da COVID-19”, Organização Pan-Americana de Saúde, junho de 2020.

15 Consultar Notas Técnicas da Anvisa Nº 47/2020 e Nº 34/2020 para mais informações sobre produtos de limpeza para sanitização de ambientes.

07

GESTÃO OPERACIONAL

AJUSTAR OS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR

Além da aquisição de insumos, é importante que os contratos de limpeza, alimentação e transporte escolar, se esses serviços forem terceirizados, sejam ajustados para o cumprimento dos protocolos sanitários. Por exemplo, os veículos de transporte escolar operarão com capacidade reduzida para que o distanciamento físico seja cumprido. Na limpeza, como a sanitização dos ambientes precisará ser reforçada, talvez seja necessário aumentar o número de funcionários por escola. Já no caso da alimentação escolar, a oferta varia em função do retorno gradual, com redução do número de alunos por dia para cumprir o distanciamento físico. Supressões e possíveis aditivos precisarão ser feitos nos contratos. Todas essas medidas podem ser feitas com o suporte da Procuradoria Geral do Município ou das assessorias e consultorias jurídicas municipais, dando o devido respaldo legal à gestão.

08

ADEQUAR A GESTÃO DE PESSOAS AO CONTEXTO DA PANDEMIA

Recomenda-se que a Secretaria Municipal faça um mapeamento prévio, em conjunto com as escolas, para identificar os profissionais da Educação que fazem parte do grupo de risco¹⁶. Esses profissionais devem ficar em casa realizando as atividades de forma remota. Esse cenário pode significar a necessidade de contratação adicional de professores e funcionários, de modo que, após o mapeamento, e se necessário, a Secretaria deve abrir processos seletivos simplificados para contratações de temporários.

ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO

09

INSTITUIR COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RETORNO

A execução do Plano de Retorno na rede municipal precisará ser monitorada. Para isso, a instituição de uma Comissão de Acompanhamento no Município, contando com a participação dos gestores da Educação e da Saúde, será de suma importância. Além disso, será essencial o engajamento de toda a comunidade escolar para que a reabertura seja exitosa. Portanto, a criação de Comissões de Acompanhamento em cada escola é uma forma de apoiar a equipe gestora na implementação e no monitoramento desse processo. Essa comissão, junto com a equipe ges-

¹⁶ São considerados do grupo de risco para agravamento da Covid-19, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os portadores de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, gestantes e pessoas acima de 60 anos.

tora da escola, pode apoiar na elaboração do plano de retorno específico da unidade escolar construído a partir das diretrizes da Secretaria, assim como auxiliar na comunicação com toda a comunidade escolar. Pode ser composta pelo Diretor(a) da escola e representantes dos professores, pais ou responsáveis e funcionários.

10

COMUNICAR COM CLAREZA PARA A COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE COMO SERÁ O RETORNO

A Secretaria Municipal de Educação terá um papel fundamental em comunicar às famílias e aos profissionais da Educação sobre quando e como as escolas estarão organizadas para receber os alunos. Essa comunicação pode ser feita via canais tradicionais de imprensa (televisão, rádio e jornais impressos locais) e redes sociais, sendo crucial para garantir que todos se sintam mais seguros em retornar, ainda que o retorno dos estudantes seja opcional¹⁷. Também cabe destacar a importância de uma comunicação de risco que seja empática, respeitando os sentimentos das comunidades escolares, mas estabelecendo um diálogo que aponte a importância do retorno. Já as escolas podem intensificar uma comunicação mais próxima com as famílias, colocando-se à disposição para tirar as dúvidas que surgirem e orientar sobre as mudanças vigentes, por exemplo, os dias em que os alunos irão para a escola, os protocolos sanitários e como ficará o calendário escolar ao longo de 2021.

EIXO 2

ATENDIMENTO DE TODOS, COM SUPORTE E ACOLHIMENTO NECESSÁRIOS

GARANTIA DO ATENDIMENTO A TODOS

11

IDENTIFICAR OS ALUNOS QUE NÃO VOLTARAM PARA AS ESCOLAS

Durante o período em que as atividades presenciais estão suspensas, é essencial que as escolas, em conjunto com a Secretaria, façam um monitoramento da participação e engajamento de cada aluno nas atividades remotas. A nova gestão deve verificar se esse diagnóstico está

17 O Parecer CNE/CP nº 15/2020 dispõe que “cabe aos pais ou responsáveis legais, em comum acordo com a escola e com as regras estabelecidas pelos sistemas de ensino, a opção pela permanência do estudante em atividade não presencial, mediante compromisso das famílias ou responsáveis pelo cumprimento das atividades e avaliações previstas no replanejamento curricular.”

sendo feito e mapear os alunos com menores taxas de engajamento nas atividades remotas, pois são aqueles com maior propensão para o abandono e a evasão no retorno presencial. Adicionalmente, é importante que a Secretaria tenha um protocolo construído junto às equipes escolares que permita o monitoramento da frequência dos estudantes nas semanas seguintes à reabertura para identificar rapidamente aqueles que não regressaram à escola.

12

ESTABELECEM ESTRATÉGIAS DE BUSCA ATIVA EM PARCERIA COM OUTROS ÓRGÃOS

A partir do mapeamento dos alunos que não voltaram, é essencial construir estratégias efetivas que garantam que essas crianças e jovens retornem ao sistema escolar¹⁸. A Secretaria deve apresentar um protocolo para as equipes escolares com medidas para promover o retorno dos alunos com alta taxa de infrequência e que podem ter abandonado a escola. Algumas ações que podem ser feitas são a manutenção do contato telefônico com a família e, a depender do contexto, promover visitas às famílias dos estudantes em seus domicílios e entender as razões desse fato. Para casos mais graves, em que as ações no nível da escola não sejam efetivas, a Secretaria de Educação deve construir uma estratégia intersetorial com outros órgãos como o Conselho Tutelar, a Secretaria de Assistência Social e a Vara da Infância e Juventude, para garantir o retorno do estudante à escola.

13

ESTIMAR O POTENCIAL CRESCIMENTO DA DEMANDA POR VAGAS E PLANEJAR A OFERTA

Em decorrência da crise econômica gerada pela pandemia, observa-se uma migração de alunos da rede privada para a pública, em especial, nas cidades de maior porte. Esse fenômeno deve ser mais intenso na Educação Infantil, pois muitas unidades privadas encerraram suas atividades por problemas financeiros. Isso significa que as novas gestões precisam ter clareza da situação em que se encontram e, caso seja necessário, oferecer mais vagas. Uma forma de responder a esse aumento de demanda na Educação Infantil de forma mais rápida é por meio do estabelecimento de convênios com organizações sociais.

¹⁸ O programa de busca ativa do Unicef é um suporte importante para as ações de busca ativa das Secretarias de Educação Municipais. Para saber mais, acesse: <https://buscaativaescolar.org.br/criseeemergencias/>.

14

SUORTE E ACOLHIMENTO

REALIZAR O ACOLHIMENTO SOCIOEMOCIONAL DOS ESTUDANTES E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Como citado anteriormente, a pandemia de Covid-19 trouxe vários impactos na saúde mental e emocional de estudantes e da população em geral. Por isso, no início das atividades presenciais, é central realizar um mapeamento da situação dos estudantes e dos profissionais da Educação, promover momentos de acolhida e oferecer o apoio necessário. Os professores devem receber suporte emocional (por exemplo, a disponibilização de apoio psicológico especializado) e formações sobre saúde mental com especialistas (por exemplo, da Secretaria Municipal de Saúde), na medida em que serão os principais responsáveis pelo acolhimento dos estudantes. Os docentes devem promover atividades que permitam que os alunos se readaptem ao ambiente escolar e se reconectem com os colegas e os professores. Adicionalmente, é importante capacitá-los para a identificação dos estudantes que estão com a saúde mental mais fragilizada. Em casos mais graves, é importante construir protocolos de encaminhamento para serviços de saúde mental do sistema público de saúde, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantojuvenil.

15

ASSEGURAR A DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA PARA OS ALUNOS MAIS VULNERÁVEIS E APOIAR AS AÇÕES INTERSETORIAIS DA PREFEITURA

Durante o período de fechamento das escolas, parte relevante das redes de ensino mobilizou-se para alterar a logística de distribuição da merenda e seguir fornecendo alimentação para os alunos mais vulneráveis que estão em casa¹⁹. Quando as escolas retornarem presencialmente em sistema de revezamento, será importante continuar com essa ação, já que terão dias em que os estudantes não irão às escolas. Uma forma de fazer isso é por meio da distribuição de cestas básicas ou de cartões específicos de alimentação para os estudantes das famílias que estão no Cadastro Único. Esse processo pode ser construído em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Ainda, destaca-se que crises decorrentes da pandemia continuarão exigindo uma intensificação dos esforços de proteção social aos alunos e às famílias mais vulneráveis do Município. A Prefeitura deve alinhar os esforços de suas Secretarias neste sentido, entendendo que a pasta da Educação pode ter um papel fundamental na identificação, encaminhamento e apoio na superação dos desafios sociais que atingem as crianças e os jovens.

¹⁹ Mais de 80% das redes municipais e estaduais ouvidas mantêm a distribuição de alimentos às famílias dos estudantes, de acordo com a pesquisa “A Educação não pode esperar”, do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB), divulgada em junho de 2020.

16**REORGANIZAÇÃO CURRICULAR E CALENDÁRIO****VERIFICAR OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
TRABALHADOS E A CARGA HORÁRIA CUMPRIDA DO
ANO LETIVO 2020**

Do ponto de vista pedagógico, umas das primeiras ações da nova gestão ao assumir a Secretaria e que será fundamental para o plano de retomada é verificar se a gestão anterior traçou um mapeamento dos objetivos de aprendizagem do currículo que foram trabalhados no ano de 2020, seja no modelo presencial ou no ensino remoto. Adicionalmente, é fundamental examinar se foi feita a contabilização da carga horária que foi cumprida no ensino remoto, de acordo com as normativas vigentes²⁰ e em parceria com o Conselho Municipal de Educação, no caso de Municípios com sistema próprio, ou com o Conselho Estadual de Educação. A partir do momento em que se tem clareza dos objetivos de aprendizagem trabalhados e de quantas horas já foram cumpridas no ano de 2020, o planejamento curricular e do calendário de 2021 da rede de ensino se tornará possível.

17**DEFINIR OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
E HABILIDADES ESSENCIAIS
DO CURRÍCULO A SEREM PRIORIZADOS**

Como será abordado adiante, a reorganização curricular envolvendo os anos letivos de 2020 e 2021 e os necessários programas de recuperação da aprendizagem exigirão que mais objetivos de aprendizagem que o previsto em condições normais sejam trabalhados em um mesmo ano. Por isso, outra atividade fundamental para um planejamento pedagógico adequado é a definição de quais são os objetivos de aprendizagem e habilidades no currículo da rede de ensino que podem ser considerados como “essenciais”. Isto é, será preciso analisar o currículo municipal²¹, construído a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e definir o que precisa receber maior ênfase ao longo de 2021²² nas atividades pedagógicas que serão programadas para o ano.

20 Os artigos 6º e 15 do Parecer CNE/CP nº 15/2020 tratam sobre os critérios para a contabilização da carga horária de atividades não presenciais.

21 Existem sistemas municipais que ainda não homologaram seus currículos alinhados à BNCC. Esse primeiro passo, que já era fundamental, torna-se ainda mais urgente dada a necessidade de priorização curricular.

22 O Instituto Reúna construiu mapas de foco que apresentam uma seleção de habilidades focais para cada ano do Ensino Fundamental, de acordo com a BNCC, que podem auxiliar nesse processo de priorização. Acesso em: [Mapas de Foco da BNCC](#).



QUADRO 4

Destaques das determinações legais e normativas vigentes sobre organização curricular²³

Lei nº 14.040/2020

- Dispõe que os estabelecimentos de Educação Infantil serão dispensados de cumprir os 200 dias do ano letivo e também a carga horária mínima de 800 horas prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);
- Já as escolas de Ensino Fundamental e Médio terão de cumprir a carga horária de 800 horas, mas não tem obrigatoriedade de seguir o número mínimo de 200 dias letivos.

Parecer CNE/CP nº 15/2020

- Autoriza a continuidade do ensino remoto para contabilização de carga horária até dezembro de 2021;
- Observa que a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia pode ser efetivada no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um “continuum curricular” de duas séries ou anos escolares contínuos;
- Trata que o reordenamento curricular do que restar do ano letivo de 2020 e o do ano letivo seguinte pode ser reprogramado, aumentando-se os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021 para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior;
- Afirma que o cumprimento da carga horária mínima prevista para o ano letivo de 2020 pode estender-se para 2021 e ser por meio de uma ou mais das seguintes alternativas:
 - I – reposição da carga horária de modo presencial ao final do período de emergência;
 - II – cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais, realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, coordenado com o calendário escolar de aulas presenciais; e
 - III – cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de modo concomitante com o período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades.

18

REALIZAR UM PLANEJAMENTO/ REORDENAMENTO CURRICULAR QUE ENVOLVA O ANO LETIVO DE 2020 E 2021

Entendido o que já foi realizado em 2020 e definidos os objetivos de aprendizagem essenciais do currículo, é preciso planejar o ano de 2021 do ponto de vista pedagógico. Este processo deve buscar definir como se dará o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica previstos pelo currículo e a integralização da carga horária mínima estabelecida pelas normativas vigentes. Ou seja, será preciso definir como será o reordenamento curricular que considere o que não foi trabalhado no ano letivo de 2020 e o que precisa ser no de 2021. É possível, por exemplo, adotar um “continuum curricular” de duas séries ou anos escolares contínuos, observando as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC, a LDB e as normas dos respectivos sistemas de ensino. Conforme normatizado pelo CNE, esse reordenamento pode ser feito com o aumento dos dias letivos e da carga horária do ano letivo de 2021. Além disso, o planejamento deve dar maior ênfase àqueles objetivos de aprendizagem e habilidades que foram considerados essenciais pela rede de ensino.

19

DEFINIR COMO O PLANEJAMENTO CURRICULAR SERÁ EXECUTADO NO CONTEXTO DE ENSINO REMOTO COMBINADO COM PRESENCIAL

Como o cenário mais provável para os próximos meses é o de atividades presenciais combinadas com o ensino remoto, a estruturação de uma estratégia coerente que combine as interações presenciais e remotas é fundamental para o cumprimento do planejamento pedagógico realizado. Isso significa, por um lado, definir diretrizes para as interações presenciais nas escolas, que devem ser focadas em elementos como atividades de aplicação prática de conceitos, orientações sobre as tarefas que os estudantes farão em casa e momentos para tirar dúvidas, por exemplo. Por outro lado, também é necessário estruturar as atividades que os estudantes farão nos dias em que ficarem em casa, que devem ser mais focadas em elementos que consigam desenvolver de forma mais autônoma²⁴. Os objetivos de aprendizagem considerados essenciais devem ser priorizados na estratégia, com mais atividades programadas para seu desenvolvimento.

24 Vale lembrar que, mesmo quando se der início à reabertura gradual, haverá estudantes que não retornarão presencialmente para as escolas, uma vez que cabe aos pais e responsáveis legais a opção pela permanência do estudante em atividade não presencial (Art. 12, § 2º, do Parecer 15/2020 do CNE).

20

ORGANIZAR O CALENDÁRIO ESCOLAR DE 2021

A definição da reorganização curricular deve embasar, também, a estruturação do calendário escolar de 2021, tarefa fundamental para um plano de reabertura das escolas. Esse calendário deve prever, entre outros, quantos dias letivos terá o ano, quando as atividades (presenciais e/ou remotas) terão início, se haverá atividades em datas programadas no calendário original como dias não letivos (por exemplo, aos sábados), além dos períodos de férias e recessos. Comunicar de forma clara para as comunidades escolares como o calendário ficará é fundamental para garantir o alinhamento de todos em um ano que será diferente dos demais. Além disso, é fundamental que esse processo seja feito a partir do diálogo com a Secretaria Estadual de Educação, buscando, sempre que possível, compatibilizar os calendários da rede municipal e da rede estadual.

AVALIAÇÕES E RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

21

REALIZAR AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS E FORMATIVAS PARA NORTEAR O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E RECUPERAÇÃO

Nas primeiras semanas do retorno presencial, é importante a aplicação de uma avaliação diagnóstica a cada estudante, buscando observar como foi o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem e habilidades que se buscou trabalhar de forma não presencial (em especial, aqueles definidos como essenciais a partir dos currículos alinhados à BNCC). Além disso, é importante que a Secretaria estabeleça um cronograma com avaliações formativas frequentes, que avaliem, ao longo do ano, o nível de aprendizagem dos alunos referente aos objetivos de aprendizagem que já foram ou estão sendo trabalhados, em especial, aqueles definidos como prioritários pela rede de ensino.

22

ESTRUTURAR PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Com base nas avaliações diagnósticas e formativas realizadas no início e ao longo do ano, serão identificadas as lacunas de aprendizagem referentes aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se buscou trabalhar com as atividades pedagógicas presenciais e remotas, seja em 2020 ou em 2021. Além disso, as avaliações apontarão os alunos que estão mais defasados em relação à faixa etária e que precisam de mais apoio. Essa medida deve servir como orientação para programas de recuperação da aprendizagem, estruturados de forma presencial ou não presencial, a depender do contexto local.

ACESSO ADEQUADO AO ENSINO REMOTO

23

ASSEGURAR O ACESSO ADEQUADO DOS ALUNOS AO ENSINO REMOTO

Como foi mencionado, o ano de 2021 ainda exigirá a combinação de estratégias de ensino remoto com atividades presenciais. Assim, as dificuldades que muitos alunos têm tido para acessar as ferramentas do ensino remoto precisam ser urgentemente minimizadas. A Secretaria de Educação deverá traçar um diagnóstico para entender as necessidades dos alunos nesse quesito e buscar supri-las. Algumas medidas importantes são a estruturação de plataformas de ensino remoto acessíveis aos estudantes e o fornecimento de equipamentos e planos de dados gratuitos durante esse período emergencial. Caso isso não seja possível por motivos operacionais e financeiros, o mínimo necessário é a estruturação da logística para a entrega de material impresso para os estudantes que não tenham acesso a equipamentos e à internet.

24

APRIMORAR A CONECTIVIDADE NAS ESCOLAS

Além de garantir as ferramentas possíveis para que os alunos tenham acesso ao ensino remoto, também é importante aprimorar a conectividade e a estrutura de tecnologia da informação das escolas. Os professores, por exemplo, podem usar as instalações das escolas para realizar a mediação da aprendizagem do ensino remoto por meio do uso da tecnologia, da mesma forma que os alunos que não têm acesso à internet podem utilizar o espaço escolar para realizarem algumas atividades específicas. Mesmo que o Município tenha grandes dificuldades financeiras e operacionais para tal, pode solicitar apoio do governo estadual e, principalmente, do Governo Federal, por meio do Programa Educação Conectada²⁵.

²⁵ Criado em 2017, o Programa de Inovação Educação Conectada tem por objetivo universalizar o acesso à internet nas escolas, além de desenvolver recursos educacionais digitais e formação pedagógica para a incorporação da tecnologia no ambiente escolar.

25

FORMAÇÃO E APOIO AOS PROFESSORES

FORMAR E APOIAR OS PROFESSORES

Os desafios pedagógicos do ano de 2021 serão imensos, com uma reorganização curricular inédita, a necessidade de combinação de ensino remoto e presencial e os vários impactos educacionais que a pandemia trouxe a todos da comunidade escolar. Neste contexto, é natural que os professores da rede de ensino não estejam totalmente preparados para tantas mudanças na rotina e na forma de ensino que será necessária. Por isso, é fundamental que a Secretaria de Educação desenvolva programas e ações de apoio e formação aos docentes ao longo do ano, voltados para os desafios práticos com que eles irão se deparar em 2021. São as professoras e professores da rede os profissionais mais importantes para que a retomada tenha êxito – entendimento central para os responsáveis pela gestão pública do Município.

Definição sobre quando reabrir as escolas é difícil e complexa, precisando partir de uma análise que considere tanto os riscos epidemiológicos como os graves e profundos impactos do fechamento das escolas nas crianças e jovens do Município.

A definição sobre quando reabrir as escolas é difícil e complexa, precisando partir de uma análise que considere tanto os riscos epidemiológicos como os graves e profundos impactos do fechamento das escolas nas crianças e jovens do Município (como os impactos educacionais, emocionais e sociais). A decisão precisa ser embasada na ciência e nas recomendações das autoridades de Saúde. Está cada vez mais claro que, em função dos profundos efeitos da pandemia nos alunos e das diversas dúvidas ainda existentes a respeito da vacina, o processo de reabertura das unidades escolares não poderá ser feito apenas quando houver imunização total da população ao SARS-Cov-2, contexto que exige ainda mais responsabilidade de todos os envolvidos.

Mas a definição de ‘quando’ realizar a abertura só poderá ser feita com segurança se houver um bom planejamento do ‘como’ o processo será realizado. Este foi o foco do conteúdo aqui apresentado. As 25 medidas recomendadas são consideradas essenciais para um plano de retomada gradual das atividades presenciais, que seja segura e dê conta de mitigar os efeitos negativos que a pandemia tem causado na comunidade escolar.

Os desafios são inéditos e enormes. Os Prefeitos, as Prefeitas e os gestores educacionais terão a responsabilidade de conduzir o processo mais complexo pelo qual a Educação brasileira já passou. Processo que, cabe frisar, será determinante para o futuro de toda uma geração de alunos e, conseqüentemente, para o futuro do País.

ANEXO

REFERÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

Neste quadro são destacados materiais utilizados como referência para esse documento, e que também podem servir como orientação aos gestores municipais para a construção dos planos de retorno às atividades e aulas presenciais.

TÍTULO	INSTITUIÇÃO
1 <u>Pareceres CNE/CP nºs 5, 9, 11 e 15, que tratam sobre as diretrizes relacionadas à pandemia</u>	Conselho Nacional de Educação (CNE)
2 <u>Guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de Educação Básica</u>	Ministério da Educação (MEC)
3 <u>A Educação na pandemia: desafio de todos os Municípios</u>	Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
4 <u>Subsídios para a elaboração de protocolos de retorno às aulas na perspectiva das redes municipais de Educação</u>	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
5 <u>Diretrizes para protocolo de retorno às aulas presenciais</u>	Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)
6 <u>Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da Covid-19</u>	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
7 <u>Considerations for school-related public health measures in the context of COVID-19</u>	Organização Mundial da Saúde (OMS)
8 <u>Reflexões da Sociedade Brasileira de Pediatria sobre o retorno às aulas durante a pandemia de Covid-19</u>	Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)
9 <u>Operating schools during COVID-19: CDC's Considerations</u>	Center for Disease Control and Prevention
10 <u>Marco de ação e recomendações para a reabertura de escolas</u>	Unesco, Unicef, Banco Mundial e WFP
11 <u>Notas de orientação sobre a reabertura das escolas no contexto da Covid-19 para os Ministérios de Educação na América Latina e Caribe</u>	Unesco, Unicef e WFP
12 <u>Estratégia de reabertura das escolas durante a COVID-19</u>	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
13 <u>Como voltar às atividades na Educação Infantil? - Recomendações aos Municípios para a retomada no contexto da pandemia de Covid-19</u>	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV)
14 <u>Protocolos sobre Educação Inclusiva durante a pandemia da Covid-19</u>	Instituto Rodrigo Mendes (IRM)
15 <u>Ponderar os riscos: encerramento e reabertura de escolas durante a Covid-19 - quando, porquê e qual impacto?</u>	Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE)
16 <u>Reabertura das Escolas Parte 2 - Recomendações governamentais para o retorno às aulas</u>	Instituto Unibanco e Vozes da Educação
17 <u>Escola Segura – Guias e protocolos para uma reabertura planejada da rede pública de ensino</u>	Impulso, Fundação Lemann, Formar, BID e Imaginable Futures
18 <u>Plataforma Apoio a Aprendizagem</u>	Consed e Undime



TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR



/TODOSEEDUCACAO



@TODOSEEDUCACAO



@TODOSPELAEDUCACAO



/USER/TODOSPELAEDUCACAO



/COMPANY/TODOSPELAEDUCACAO



**TODOS
PELA
EDUCAÇÃO**